

A EDUCAÇÃO ESPECIAL DAS CRIANÇAS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA APAE EM ESPERANÇA – PARAÍBA SOB O OLHAR DA FAMÍLIA

Ednalva de Luna Alves

Professora da rede pública de ensino – ednalvalunalves@gmail.com

Joel Guedes de Sousa

Professor da rede pública de ensino – joel-guedes@gmail.com

Nos dias atuais, a busca por uma sociedade mais justa e democrática tem sido um grande desafio, principalmente quando o assunto é o desempenho de crianças com dificuldades em aprendizagem. Pois a preocupação não deve ser unicamente da escola, mas da família e de toda sociedade, que devem ter o cuidado no inserir sem excluir. Diante deste contexto, o reconhecimento da família representa um importante fator na lida desta construção. Nisso, esse trabalho procura observar como os pais enxergam o andamento da aprendizagem dos seus filhos em uma instituição que tem profissionais preparados para lidar com as diferenças individuais de alunos com necessidades educativas especiais. Sendo um estudo que tem como objetivo principal analisar a importância da Educação Especial das Crianças com dificuldades de aprendizagem na APAE no município de Esperança- Paraíba, averiguando a visão dos pais sobre a importância da aprendizagem adquirida por seus filhos na referida instituição. Sendo este, o foco principal da presente pesquisa: a Inclusão de alunos com necessidades especiais. E para obtenção dos dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com: mães, pais ou responsáveis pelos alunos, permitindo-nos uma análise mais aprofundada sobre as diretrizes e os diversos olhares sobre a educação inclusiva, bem como a prática pedagógica utilizada pelos professores. Na referida pesquisa de campo e bibliográfica foi utilizado o método qualitativo e quantitativo, possibilitando concluir a partir de um questionário aplicado aos pais dos alunos frequentadores da instituição que a participação da família é primordial e deve estar atrelada ao processo de ensino-aprendizagem de uma criança com necessidade especial.

Palavras-Chave: Educação Especial. Aprendizagem. Criança. Família

INTRODUÇÃO

As políticas públicas nos dias atuais, tem norteadas a transformação nas escolas, nas APAES, inclusive no âmbito da Educação Especial, no qual, vem provocando diversas mudanças que levam as escolas, os estudiosos da educação, da Ação Social, Psicólogos, entre outros, rever, analisar e

refletir suas práticas, seus objetivos, seus olhares, buscando adequações para atender significativamente os alunos com necessidades educativas especiais.

Comprendemos como educadores, que as discussões sobre inclusão e a legislação, no que se refere a todos envolvidos nesse processo, nos permite averiguar a inserção social dos indivíduos com necessidades especiais, mostrando que ao longo da história sofreram descaso, discriminação, preconceito e perseguições, segregação, entre outros.

A principal vertente da Declaração de Salamanca no ano de 1994, da qual o nosso país é signatário, foi justamente a proposta da escola inclusiva. Portanto, é por meio da inserção dessa proposta, que as escolas regulares são ferramentas cruciais de combater as atitudes discriminatórias, contribuindo a cada dia no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, objetivando à constituição de uma sociedade inclusiva que por sua vez, seja capaz de realizar a educação para todos, independentemente de cor, credo, religião, necessidade especial. Contudo, quando abordamos da educação inclusiva, estamos considerando a valorização das diferenças, o respeito a diversidade humana.

A escolha desta pesquisa busca responder ao desejo de enfatizar a seguinte problemática: **A APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS ESPECIAIS NA APAE DE ESPERANÇA – PARAÍBA**, tem marca do agir dos autores sociais que a vivenciam?

Nos dias atuais, com o respaldo das legislações vigentes, que em muito refletem conquistas dos movimentos reivindicatórios de grupos sociais na luta pelo direito a educação, a igualdade social, atentando pelos princípios da democracia defendidos pela Educação e aos propósitos do exercício da cidadania. Frente ao exposto, são os objetivos da presente pesquisa.

Tendo como objetivo geral: observar a educação especial das crianças com dificuldades de aprendizagem. E objetivos específicos: identificar a importância histórias de vida das crianças com necessidades educativas especiais; compreender as dificuldades de aprendizagem das crianças com necessidades educativas especiais; identificar as atitudes e prática dos professores em relação às crianças com necessidades educativas especiais.

1 Contextualizando a Educação Inclusiva



O conceito de Educação Inclusiva surgiu a partir de 1994, com a Declaração de Salamanca (Espanha). Tendo como ideia principal que as crianças com necessidades educativas especiais sejam incluídas nas escolas de ensino regular. Assim, a educação Inclusiva teve início nos Estados através da Lei Pública 94.142, de 1975 e, nos dias atuais, encontra-se na segunda década de implementação.

A educação inclusiva é uma ação educacional humanística, democrática, amorosa, mas não piedosa que percebe o sujeito em sua singularidade, particularidade e que tem como objetivo primordial a inserção das pessoas na sociedade, independente de cor, raça, religião e credo.

Todas as pessoas têm direito a uma educação de qualidade onde suas necessidades individuais possam ser atendidas e aonde elas possam desenvolver-se em um ambiente enriquecedor e estimulante do seu desenvolvimento, cognitivo, emocional e social, seja ele regular ou especial. (Silva, Maciel, 2005)

Sobre o olhar pedagógico, esta integração assume a interação social entre as crianças, já que visa o desenvolvimento da aprendizagem. No entanto, mesmo com as políticas educacionais implementadas, surge uma imensa dificuldade de integrar essas crianças com necessidades especiais, devido à necessidade de criar condições adequadas: como por exemplo: professores preparados para trabalhar sua prática pedagógica, preconceito por parte de algumas pessoas, entre outras.

Com a Declaração de Salamanca surgiu o termo necessidades educativas especiais, que veio substituir o termo “criança especial”, termo anteriormente utilizado para designar uma criança com deficiência. Portanto, este novo termo criado a partir da Declaração de Salamanca não se refere apenas as pessoas com deficiência e sim, envolve todas e quaisquer necessidades, mostrando que os “diferentes” devem ser tratados como sujeitos sociais da história em construção.

Nisso, é preciso haver abordagens específicas por parte de diversas instituições sociais, já que se preocupam em inserir essas pessoas no contexto sócio educacional. Em uma sociedade globalizada cheia de incertezas e de inquietações, esta importante temática, vem mostrar que o homem está sempre à procura de sua identidade e por diversas vezes, chega a procurar um elo que o integre na sociedade que o rodeia.

Nos dias atuais a busca por uma sociedade mais justa e democrática se torna um grande desafio para os educadores que se preocupam com o sucesso escolar do educando. E neste contexto histórico, que ora vivenciamos, a instituição escolar apresenta-se como aliada nessa construção, e nesse momento pode transformar o espaço de construção e reconstrução de saberes em espaços de reconhecimento e valorização das diferenças humanas.

Somos todos iguais na condição de seres humanos, mas dentro dessa mesma condição somos diferentes. Sem dúvida, as diferenças constituem características herdadas ou adquiridas, ambientais, genéticas, temporárias ou vitalícias, entre outras, já que são pertencentes à etnia, raça, cor, sexo, idade, gênero, nacionalidade, deficiência e habilidade.

Em Pierucci (1999), por um lado, a condição de igualdade com seres humanos, traz por princípio os mesmos direitos. Por outro lado, as diferenças individuais e culturais trazem a necessidade do reconhecimento da originalidade e da pluralidade de identidades, como condições primordiais para garantia da igualdade de oportunidades para cada um e para todos. Neste contexto histórico ser diferente das outras pessoas que convivem na sociedade é sempre um risco, sem dúvida tratar as pessoas de maneira diferente pode estigmatizá-las.

Para Carvalho (2004, p.11)

Somos diferentes. Essa é a nossa condição humana. Pensamos de jeitos diferentes, agimos de formas diferentes, sentimos com intensidades diferentes. E tudo isso porque vivemos e aprendemos o mundo de forma diferente. A questão não é se queremos ou não ser diferentes. Mas que, como seres humanos, nossa dignidade depende substancialmente da diversidade da alteridade (por isso, a possibilidade da clonagem nos choca tanto), porque precisamos garantir o caráter subjetivo de nossa individualidade.

Compreende-se que refletir sobre a prática de inclusão é de grande importância para valorizar e aceitar a diversidade dos educandos. Em que é possível aprender com o outro, entender cada jeito inusitado a magia de cada ser humano, compartilhando cooperando os jeitos de ser, fazer e aprender. Sem dúvida o direito à diversidade, exige respeitar às diferenças, os diferentes saberes, para que a inclusão social se torne efetiva de fato e de direito.

2 Aprendizagem: aspecto necessário para o desenvolvimento humano



O processo em que se construiu a aprendizagem é tão antigo quanto a própria história da humanidade. No entanto, são diversos os estudiosos que discutem tal temática, como Paulo Freire, Vygotsky, Oliveira, dentre outros.

Segundo Oliveira (1993, p.57), este é “o processo, pelo qual o sujeito adquire informações, habilidades, atitudes, valores e etc. a partir do seu contato com a realidade, o meio ambiente e as outras pessoas”.

Em Vygotsky, justamente por sua ênfase nos processos sócio históricos, a ideia de aprendizado inclui a interdependência dos indivíduos envolvidos no processo. O termo que ele utiliza em russo (obucherie) significado algo como processo de ensino aprendizagem, incluindo sempre aquele que aprende, aquele que ensina e a relação entre as duas pessoas, pela falta de um termo equivalente em inglês, a palavra obucherie tem sido traduzida ora como ensino, ora como aprendizagem e assim retraduzida em português. (OLIVEIRA, 1993, p.57)

Diante disto, Vygotsky enfoca que o processo de aprendizagem inicia-se no ingresso à instituição escolar, mas não é a única forma do aluno aprender, e sim também envolve a situação de vida do educando. E visto que a aprendizagem pode se tornar algo obscuro para o ser humano.

Para Vygotsky (2001, p.111)

Quando se pretende a definir a relação entre o processo de desenvolvimento e a capacidade potencial de aprendizagem, não podemos limitar-nos a um único nível de desenvolvimento. Tem de se obter minar pelo menos dois níveis de desenvolvimento de uma criança, já que, se não conseguirá encontrar a relação entre o desenvolvimento e capacidade potencial de aprendizagem em cada ser específico. Ao primeiro destes níveis chamamos nível de desenvolvimento efetivo da criança. Entendemos por isso o nível de desenvolvimento das funções psicointelectuais da criança que se conseguiu como resultado de um específico processo de desenvolvimentos já realizado.

Compreende-se com a fala acima que o desenvolvimento efetivo de uma criança não se estabelece por um único padrão ou modelo. Para solucionar esta situação a autoridade em destaque defende significativamente o segundo nível de desenvolvimento denominando-o de capacidade potencial de aprendizagem. Para tanto a criança no seu dia a dia conta com a ajuda dos adultos para desempenhar diversas tarefas.



3 Um pouco da história do movimento das APAES (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais)

A APAE é um movimento que se destaca no Brasil pelo seu pioneirismo. Nascida no Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1954, na ocasião da chegada no nosso País de Beatrice Bemis, procedente dos Estados Unidos, membro do corpo diplomático norte-americano e mãe de uma portadora de Síndrome de Down. No seu país, já havia participado da fundação de mais de duzentos e cinquenta associações de pais e amigos e admirava-se por não existir no Brasil algo assim.

Motivados no dia a dia por aquela cidadã, um grupo de pais, amigos, professores e médicos de excepcionais, fundou a primeira Associação de Pais e Amigos Excepcionais.

A entidade passou a contar com a sede provisória onde foram criadas duas classes especiais, com cerca de vinte crianças.

De 1954 a 1962, surgiram outras APAES, no final do ano de 1962, doze das dezesseis existentes encontravam-se em São Paulo.

4 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Para a realização desse estudo, foi trilhado diversos caminhos. Assim para esta pesquisa nos guiamos segundo Tartuce (2006) que aborda que: a metodologia científica trata de método e ciência. Método (do grego *methodos*; *met'* hotos significa, “caminho para chegar a um fim.”

Neste trabalho, optamos pela abordagem de cunho qualitativo e quantitativo que para Thiollent (2005), neste tipo de pesquisa a objetividade estática é substituída pela relatividade observacional, segundo a qual a realidade não é fixa e o pesquisador desempenha papel ativo na captação da informação.

Nessa pesquisa, os sujeitos sob investigação foram: pais e educadores responsáveis pelas crianças com necessidades especiais da APAE da cidade de Esperança- Paraíba, no entanto não foram considerados meros receptores de opiniões e sim, sujeitos sociais da História em construção.

A posterior, foram iniciados os primeiros contatos com a instituição. Pedindo-se autorização para a realização da pesquisa. Procurou-se observar cautelosamente os movimentos do dia a dia da APAE, trilhado por 06 meses em dias e horários variados. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e questionários com perguntas objetivas e subjetivas para perceber e analisar os diversos olhares dos atores sociais evidenciados na pesquisa.

Compondo nossa amostra, tomamos como referência a APAE da cidade de Esperança-Paraíba que atende alunos que segundo a legislação brasileira caracterizados como portadores de necessidades especiais. A mesma vivencia a diversos anos crianças ditas especiais, surdos, mudos, cadeirantes, entre outros. Visto que a missão da APAE de Esperança-PB, é promover e articular ações de defesa de direitos, de preservação, de orientação, de prestação de serviços e de apoio a família, direcionadas a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e a construção de uma sociedade justa e solidária.

4.1 Associação de pais e amigos excepcionais em Esperança – PB

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE localiza-se na Rua Solon de Lucena, 199 no centro da cidade de Esperança – PB. A referida instituição foi fundada no dia 14 de outubro de 1995, tendo como presidente Raimundo Rodrigues Monteiro e vice-presidente Aldaci dos Santo Silva, com o apoio do senhor prefeito Martins de Oliveira.

A APAE ocupa um prédio alugado, com capacidade para 200 alunos distribuídos nos turnos manhã e tarde, hoje se encontra com 186 matriculados, sendo distribuídos da seguinte maneira 98 alunos têm atendimento clínico, fisioterapia – oferecendo reabilitação para pacientes com disfunções motoras, esqueléticas, respiratórias, cardiovasculares, neurológica, fonoaudiologia – promovendo a estimulação da linguagem e motricidade oral nos pacientes portadores de lesão cerebral, síndromes e outras deficiências associadas. Bem como realiza um acompanhamento para professores da cidade de Esperança que necessitam de assistência no que se refere à manutenção da voz profissional, e psicologia – com serviço de avaliação, atendimento psicoterápico, estimulação sensoriais atendimento familiar e orientações; o restante tem atendimento psicopedagógico,

distribuído nas seguintes séries: estimulação precoce, terapia ocupacional e alfabetização, trabalho articulado com a família e a escola frente às dificuldades no processo de aprendizagem.

Em relação às deficiências das pessoas atendidas na APAE de Esperança-PB, constatamos: deficiência auditiva, deficiência mental, deficiência visual, Síndrome de Down, deficiência múltipla e deficiência física.

5 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Aqui nessa seção serão discutidas algumas indagações a respeito das crianças que apresentam dificuldade em aprendizagem na APAE – Esperança-PB.

5.1 Análise das perguntas feitas aos pais e mães dos alunos especiais

Os pais ou responsáveis pelas crianças especiais nas entrevistas ao serem indagados: Qual a importância da APAE para o desenvolvimento da criança? Deram as seguintes respostas:

Mãe 1: A APAE é muito importante.

Mãe 2: A APAE é parte fundamental no desenvolvimento dele.

Mãe 3: Muito bom.

Mãe 4: Muito bom.

Mãe 5: Sim. Porque é um tratamento especial.

Mãe 6: É muito importante.

Mãe 7: É muito importante.

Considerando as respostas do pai 1 e 2 diante dessa pergunta o Pai 1 afirma o seguinte: Considero essencial para o meu filho. E Pai o 2: É muito bom.

Segundo os relatos dos pais ao responderem as entrevistas. Cada pai se manifesta da sua maneira expressando com clareza e sinceridade com seus olhares o que a APAE representa para eles. E por unanimidade as respostas mostram que esta instituição é muito importante. O que chama



atenção nesse caso é a resposta de um pai ao responder que: considera a APAE essencial para seu filho.

Outra pergunta realizada com os pais sobre a experiência dos filhos na instituição foi: como é a aprendizagem do seu filho?

***Mãe 1:** A aprendizagem do meu filho é lenta, pois com o retorno afetou no seu desenvolvimento cognitivo, mas ele tem outras capacidades que possa suprir as suas necessidades.*

***Mãe 2:** Não respondeu.*

***Mãe 3:** A professora ensinar.*

***Mãe 4:** aprender e continuar falando.*

***Mãe 5:** A professora ensinando.*

***Mãe 6:** É muito lenta.*

***Mãe 7:** Lenta.*

***Mãe 8:** É muito lenta*

***Pai 1:** Ele faça tratamento com psicopedagogo, fisioterapeuta, fonoaudióloga, o aprendizado é ótimo.*

***Pai 2:** Considero uma aprendizagem em ótima evolução.*

Mediante as falas dos pais observa-se que a aprendizagem dos filhos que frequentam a APAE acontece de forma lenta, tendo o professor como responsável por levar o ensino, contribuindo para uma aprendizagem eficaz, que acontece de acordo com a capacidade de cada criança com NEE.

Sobre esse foco, a Associação demonstra ter compreendido de forma significativa o trabalho voltado para o desenvolvimento de habilidade e aprendizagem dos atores sociais.

De acordo com o Marco de Ação de Dakar (abril de 2000)

Todas as crianças jovens e adultos, em sua condição de seres humanos, têm direito de beneficiar-se de uma educação que satisfaça as suas necessidades básicas de aprendizagem, na acepção mais nobre e mais plena do termo, uma educação que signifique aprender e assimilar conhecimentos, aprender a fazer, a conviver e a ser uma educação orientada a explorar os talentos e capacidades de cada pessoa e a desenvolver a personalidade do educando, com o objetivo de que melhore sua vida e transforme a sociedade.



Neste contexto, entendemos a importância em se pensar e repensar a respeito da educação dada aos alunos (as), crianças especiais, jovens e adultos, entre outros, sendo que um dos responsáveis por seu desenvolvimento é a família. Nesse sentido, foi realizada a seguinte pergunta:

Você acha necessário que sejam desenvolvidas atividades buscando mais a participação da família na APAE?

Mãe 1: Sim.

Mãe 2: Sim.

Mãe 3: Sim.

Mãe 4: É importante os pais estarem.

Mãe 5: Não.

Mãe 6: Sim, com certeza é fundamental a presença da família.

Mãe 7: Sim.

Mãe 8: Sim.

Pai 1: Sim.

Pai 2: É muito necessário o acompanhamento é ótimo para um bom desenvolvimento deles.

Considerando as respostas dos pais, pôde-se ver que um respondeu que não é importante a participação da família nas atividades da APAE e outra grande parte acha que deve haver uma maior participação da família nas atividades da APAE. E nesse ponto frisam que é necessário o acompanhamento familiar, já que é ótimo para o desenvolvimento da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcorrer deste estudo, buscamos compreender como as crianças da APAE da cidade de Esperança – Paraíba conseguem aprender diante da diversidade, para isso enfatizando a dimensão das práticas pedagógicas que envolvem esta instituição em seu reconhecimento familiar.

E após a pesquisa concluída, acreditamos que conseguimos trazer alguns elementos para responder as reflexões deste estudo. Abordamos alguns, pois sabemos que no processo de construção e reconstrução do conhecimento não temos respostas para todas as questões. E a

realização deste estudo confirmou que todas as pessoas independentemente de serem: cegas, surdas, autistas, cadeirantes, com retardo de aprendizagem podem aprender, são sujeitos sociais da história em construção, que devem ser amadas, respeitadas. O aluno, compreendido na sua singularidade é parte do todo e ao mesmo tempo, assim sendo o todo e a parte se completam.

A partir dessa visão, nasce um novo sonho, alimento e nutriente para a vida do pesquisador, confirmando e sabendo de fato que uma pesquisa não se encerra, colocando simplesmente um ponto final. Ela sem dúvida nos remete posteriormente para novas indagações, questionamentos.

Concordamos com Moran (1998, p.103) quando afirma: “Ganharemos mais, se todos ganharmos. Viveremos melhor se nos aproximarmos dos outros e não no fecharmos em guetos.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____, Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar: In: **VYGOTSKY, Lev Semyonovich;** **LURIA, Alexander Romanovitch;** **LEONTIEV, Aleksei Nikolaievitch.** **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone, 2001.

CARVALHO, Rosita Édler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”.** Porto Alegre: Mediação, 2004.

MARCO DE AÇÃO DE DAKAR, abril 2000.

OLIVEIRA, Martha Khol de. **Vygotsky.** São Paulo: Scipione, 1993.

PIERUCCI, Antonio Flávio. **Ciladas da diferença.** São Paulo: Editora 34, 1999.

SILVA, F.W. da; MACIEL, R.V.M. **Inclusão escolar e a necessidade de serviços de apoio: como fazer?** Ver. Cent. De Educ. Cadernos nº 26. Ed. 2005. Disponível em: <http://caralx.ufsm.br/revce/>. Acesso em 03 de setembro de 2014.

TARTUCE, T.J.A. **Métodos de pesquisa.** Fortaleza: UNICE – Ensino Superior, 2006. Apostila.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 14 ed. São Paulo: Cortez, 2005.